

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	19
-----------------	----

Capítulo 1

ACESSO À JUSTIÇA, LITIGIOSIDADE E JURISDIÇÃO CONTEMPORÂNEA	25
--	----

1.1. DO ACESSO À JUSTIÇA À CRISE DO JUDICIÁRIO	25
1.1.1. Reflexos das ondas de acesso à justiça no Brasil.....	27
1.1.2. Cenário atual da litigiosidade brasileira.....	32
1.1.3. Protagonismo dos litígios entre consumidores e agentes regulados	35
1.2. RESOLUÇÃO DE CONFLITOS E TUTELA JURISDICCIONAL EXTRAJUDICIAL.....	39
1.2.1. Delineamento da jurisdição contemporânea	41
1.2.2. Tutela jurisdiccional extrajudicial.....	44
1.2.2.1. Jurisdição arbitral.....	47
1.2.2.2. Jurisdição conciliativa.....	51
1.2.2.3. Jurisdição notarial e registral.....	55
1.2.2.4. Jurisdição regulatória.....	60

Capítulo 2

ATUAÇÃO DOS ÓRGÃOS REGULADORES NO DIREITO BRASILEIRO	63
--	----

2.1. ESTADO REGULADOR E REGULAÇÃO ESTATAL.....	64
2.1.1. Natureza e atividade dos órgãos reguladores	67
2.1.2. Especialidade e autonomia dos órgãos reguladores	72
2.1.3. Atividade regulatória como meio de implementação de políticas públicas.....	79

2.2. FUNÇÕES DOS ÓRGÃOS REGULADORES	83
2.2.1. Função executiva.....	85
2.2.2. Função normativa	90
2.2.2.1. Consequencialismo e participação nas decisões regulatórias.....	93
2.2.2.2. Zona cinzenta de regulamentação e articulação entre órgãos reguladores e outros entes	99
2.2.3. Função judicante	105
2.2.3.1. Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel)	111
2.2.3.2. Banco Central do Brasil (Bacen)	113
2.2.3.3. Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) ..	117
2.2.3.4. Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS).....	119
2.2.3.5. Agência Nacional de Aviação Civil (Anac).....	122

Capítulo 3

RESOLUÇÃO DE LITÍGIOS DOS SETORES REGULADOS PELO PODER JUDICIÁRIO.....	127
3.1. CONTROLE JUDICIAL DOS ATOS REGULATÓRIOS	128
3.1.1. Natureza do ato regulatório e seu controle judicial deferente	130
3.1.2. Aprimoramento do controle judicial pela especialização judiciária	139
3.1.3. Reflexões sobre a especialização judiciária em matéria regulatória	145
3.1.3.1. Tutela de litígios estruturais regulatórios	147
3.1.3.2. Cooperação judiciária entre Justiça Estadual e Federal e entre vara comum e especializada.....	152
3.2. AÇÕES INDIVIDUAIS ENTRE CONSUMIDORES E AGENTES REGULADOS	157
3.2.1. Autocomposição nas demandas entre consumidores e agentes regulados	157
3.2.2. Adjudicação de demandas entre consumidores e agentes regulados	162

3.3. AÇÕES COLETIVAS ENTRE CONSUMIDORES E AGENTES REGULADOS	167
3.3.1. Participação dos órgãos reguladores nas ações coletivas	173
3.3.1.1. Participação como <i>amicus curiae</i>	177
3.3.1.2. Intervenção prevista nos Projetos de Lei de Nova Ação Civil Pública.....	183
3.3.2. Autocomposição coletiva entre consumidores e agentes regulados.....	187
3.4. JULGAMENTO DE CASOS REPETITIVOS ENTRE CONSUMIDORES E AGENTES REGULADOS.....	193
3.4.1. Comunicação, fiscalização e vinculação dos órgãos reguladores à tese jurídica	195
3.4.2. Participação dos órgãos reguladores na formação da tese jurídica.....	200

Capítulo 4

REFLEXÕES PARA O APRIMORAMENTO DA FUNÇÃO JUDICANTE DOS ÓRGÃOS REGULADORES.....	205
4.1. FATORES INSTITUCIONAIS	206
4.1.1. Aspectos estruturais e funcionais dos órgãos reguladores na resolução de conflitos.....	210
4.1.2. Efeitos dinâmicos do aprimoramento da função judicante dos órgãos reguladores.....	213
4.2. FATORES SUBJETIVOS	216
4.2.1. Atuação do terceiro intermediador	216
4.2.1.1. No processo autocompositivo	218
4.2.1.2. No processo heterocompositivo	222
4.2.2. Motivação das partes para buscar o órgão regulador.....	225
4.2.2.1. Para o consumidor	230
4.2.2.2. Para o agente regulado	234
4.3. FATORES PROCESSUAIS	239
4.3.1. Cooperação interinstitucional entre regulador e Judiciário	240
4.3.1.1. Realização de audiência de mediação pelos órgãos reguladores.....	242

4.3.1.2. Aplicação análoga da carta arbitral pelos órgãos reguladores e outras medidas atípicas de comunicação interinstitucional	244
4.3.2. Publicidade dos atos e decisões do órgão regulador	247
4.3.3. Devido processo legal regulatório judicante	252
4.3.4. Ato regulatório judicante e sua natureza jurisdicional ...	257
4.3.4.1. Características jurisdicionais do ato regulatório judicante	257
4.3.4.2. Diferenças entre os atos regulatórios normativos, executivos e judicantes.....	262
4.3.5. Controle judicial do ato regulatório judicante	265
4.3.5.1. Diante da natureza jurisdicional do ato	266
4.3.5.2. Diante da natureza administrativa ordinária do ato	268
CONCLUSÃO	271
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	283